

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	1
1.	Aspectos Gerais	1
2.	Plano da Obra.....	3
CAPÍTULO 2	ASPECTOS FUNDAMENTAIS E ELEMENTARES DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	5
1.	O Processo Como Método de Exercício da Função Jurisdicional (A Necessária Adaptabilidade do Processo ao Direito Material).....	5
2.	Tutela de Urgência: Técnica a Serviço da Efetividade do Processo	7
3.	Tutela Cautelar e Tutela Antecipatória: Espécies do Gênero “Tutela de Urgência”	12
4.	Características Comuns à <i>Tutela Cautelar</i> e à <i>Antecipação de Tutela</i>	14
4.1.	Finalidade comum: garantir o acesso à ordem jurídica justa	14
4.2.	Sumariedade da cognição	16
4.3.	Provisoriedade	27
4.4.	Revogabilidade	30
5.	A Tutela de Urgência e os Momentos em que Pode ser Deferida	39
5.1.	Medida liminar	39
5.1.1.	As chamadas medidas liminares <i>inaudita altera parte</i> e o contraditório.....	43
5.2.	Após o contraditório do réu.....	46
5.3.	Na sentença	47
5.4.	Em sede recursal.....	49
6.	Responsabilidade Patrimonial.....	50
7.	Execução das Tutelas de Urgência.....	53
CAPÍTULO 3	A TUTELA CAUTELAR	59
1.	Tutela cautelar.....	59
2.	Jurisdição Cautelar.....	59



3.	Ação Cautelar	60
4.	Processo Cautelar.....	61
5.	Medida Cautelar.....	64
5.1.	Medidas cautelares preparatórias (<i>rectius</i> : antecedentes) e incidentes.....	65
5.2.	Medidas cautelares nominadas e inominadas (o poder geral de cautela)	66
5.3.	Medidas cautelares de natureza jurisdicional e de natureza administrativa.....	68
5.4.	Medidas cautelares quanto ao seu objeto (classificação clássica de Calamandrei)	71
6.	Tutela Cautelar: Peculiaridades	72
6.1.	Instrumentalidade ao quadrado (instrumento do instrumento)	73
6.2.	Acessoriedade.....	75
6.3.	Autonomia	80
7.	Requisitos Para a Concessão da Medida Cautelar.....	81
7.1.	Condições da ação	82
7.1.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	84
7.1.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	88
7.1.3.	Interesse processual.....	96
7.2.	Pressupostos processuais	99
7.2.1.	Competência.....	100
7.2.2.	Petição Inicial.....	104
7.2.3.	Capacidade Postulatória	107
7.3.	O mérito cautelar	108
7.3.1.	<i>Fumus boni iuris</i>	109
7.3.2.	<i>Periculum in mora</i>	110
7.3.3.	<i>Periculum in mora</i> inverso	112
7.3.4.	A contracautela.....	114
7.3.5.	Defesa.....	116
8.	Eficácia das Medidas Cautelares.....	118

CAPÍTULO 4 A TUTELA ANTECIPADA 129

1.	Breve Histórico da Antecipação de Tutela no Direito Brasileiro.....	129
2.	Tutela Antecipada: Características	130
2.1.	Satisfatividade	131
2.2.	Incidentalidade	134



3.	Requisitos Para a Concessão da Antecipação de Tutela	135
3.1.	Requerimento da parte	137
3.2.	Relação entre os efeitos que se quer antecipar e o pedido principal da demanda	142
3.3.	Verossimilhança das alegações	145
3.4.	Prova inequívoca	147
4.	Reversibilidade da Medida e Garantia	149
5.	As Causas de Pedir da Tutela Antecipada.....	154
5.1.	Urgência (art. 273, I).....	154
5.2.	Abuso do direito de defesa (art. 273, II)	156
5.3.	Incontrovérsia (art. 273, § 6º)	158

CAPÍTULO 5 A FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS DE URGÊNCIA 163

1.	A Fungibilidade das Tutelas de Urgência: Sentido da Expressão	163
----	---	-----

CAPÍTULO 6 A TUTELA DE URGÊNCIA NOS TRIBUNAIS 173

1.	Premissas Para o Estudo da Tutela de Urgência nos Tribunais	173
1.1.	As competências exercidas pelos tribunais.....	173
1.2.	Os requisitos para o deferimento da tutela de urgência nos tribunais	175
2.	A Tutela de Urgência Recursal: Aspectos Introdutórios.....	178
2.1.	O chamado <i>efeito ativo</i> ou <i>efeito suspensivo ativo</i> do recurso	182
3.	A Tutela de Urgência no Agravo de Instrumento.....	184
3.1.	A irrecorribilidade da decisão que converte o agravo de instrumento em agravo retido e da decisão que aprecia o pedido de tutela de urgência no agravo de instrumento	188
4.	A Tutela de Urgência na Apelação	193
4.1.	Competência para a apreciação da tutela de urgência na apelação	196
5.	O Mandado de Segurança Contra Ato Judicial e o Requerimento de Efeito Suspensivo aos Recursos que Não o Possuem (Agravo Interno, Recurso Especial e Recurso Extraordinário)	198

6.	A Tutela de Urgência nas Ações Cíveis de Competência Originária.....	207
6.1.	Ação Rescisória.....	207
6.2.	Mandado de Segurança	214
6.3.	Controle Concentrado de Constitucionalidade.....	219
6.3.1.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	220
6.3.2.	Natureza jurídica da medida liminar em ADIn e ADC	222
6.3.3.	Ação de inconstitucionalidade por omissão....	223
6.3.4.	Ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	223
7.	A Tutela de Urgência nos Incidentes Processuais	225
7.1.	Conflito de competência	225
7.2.	Suspensão de segurança.....	228
7.2.1.	Suspensão de segurança: aspectos preliminares e histórico	228
7.2.2.	A previsão legislativa do cabimento da suspensão de segurança	233
7.2.3.	Conceito, natureza jurídica e hipóteses de cabimento	235
7.2.4.	Requisitos genéricos e específicos da suspensão de segurança	246
7.2.5.	Competência.....	252
7.2.6.	Legitimidade <i>ad causam</i>	255
7.2.7.	A suspensão coletiva	257
7.2.8.	A ultra-atividade e a renovação da suspensão de segurança no procedimento do <i>mandado de segurança</i>	258
7.2.8.1.	A Origem da Súmula 626 – os precedentes judiciais do STF.....	260
7.2.8.2.	A interpretação do RISTF 297, § 3º	268
7.2.9.	É possível, concomitantemente, interpor agravo e requerer a sustação da eficácia de uma mesma decisão judicial contrária ao Poder Público?	271
	REFERÊNCIAS	273
	ÍNDICE REMISSIVO	281

